

A Curricularização da Extensão no Instituto Federal do Rio Grande do Sul: um breve relato

Daiane Toigo Trentin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

dtoigotrentin@gmail.com

Magali Ines Pessini

Instituto Federal de Santa Catarina

magali.pessini@ifsc.edu.br

Luciana Calabro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

luciana.calabro.berti@gmail.com

Resumo

Em conjunto com o ensino e a pesquisa, a extensão integra a tríade de atividades acadêmicas destinadas ao cumprimento da função educacional e social nas universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) em sua meta 12 preconiza assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, o que desencadeou a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) nas diferentes instituições brasileiras. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo fomentar a discussão acerca do processo de implantação da curricularização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Mesmo diante dos desafios encontrados, entendemos que a metodologia utilizada foi capaz de auxiliar no desenvolvimento e na implantação da curricularização da extensão desde as etapas iniciais de sensibilização até sua efetiva implementação.

Palavras-chave: Extensão; Graduação; Curricularização.

The curricularization of Extension of the Federal Institute of Rio Grande do Sul: a brief report

Abstract

Together with teaching and research, extension integrates the triad of academic activities aimed at fulfilling the educational and social function in universities and Federal Institutes of Education, Science and Technology. The National Education Plan (2014-2024) in its goal 12 advocates ensuring at least ten percent of the total curricular credits required for graduation in university extension programs and projects, which triggered the reformulation of the Course Pedagogical Projects in different Brazilian institutions. In this context, this article aims to promote the discussion about the implementation process of extension curricularization at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul. Even in the face of the challenges encountered, we

understand that the methodology used proved to be capable of assisting in the development and implementation of extension curricularization from the initial stages of awareness until its effective implementation.

Keywords: Extension; Graduation; Curricularization.

INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Educação, aprovado através da Lei nº13.005/2014 tem por finalidade definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias que assegurem a manutenção e o desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, nas diferentes esferas federativas brasileiras. Dentre as 20 (vinte) metas estabelecidas pelo documento, trataremos com atenção a meta 12, estratégia 12.7, que se refere ao acesso à Educação Superior e que preconiza assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2014). Esta estratégia foi regulamentada através da Resolução CNE/CES nº 07/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e posteriormente complementada pelo Parecer CNE/CES nº 597/2020 que dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19. Dessa forma, para atender o disposto na legislação mencionada, todos os cursos de graduação no Brasil deveriam adequar seus currículos com atividades de extensão até o ano de 2022.

No texto da resolução citada acima, podemos encontrar alguns importantes elementos que estruturam a concepção e a prática da Extensão na Educação Superior, as quais destacamos: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, a formação cidadã dos estudantes, a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade e a articulação entre ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 2014). Estes elementos estão também presentes nas diretrizes para a Extensão propostas pelo Fórum de Pró-reitores das Instituições de Educação Públicas Brasileiras (FORPROEX), publicadas na Política Nacional de Extensão Universitária, o que nos leva a perceber que, além de serem consenso entre os gestores da extensão em nível nacional, são de vital importância para a caracterização de uma ação como sendo de Extensão.

Partindo do pilar constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e promovendo a interação entre a Universidade e a sociedade, a Extensão Universitária é compreendida da seguinte forma:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 01)

Para complementar este conceito nos apoiamos no pensamento de raízes freirianas que entende a prática extensionista enquanto comunicação ativa dos sujeitos entre si e destes para com a realidade na qual irão atuar. De modo concreto, não consideramos como uma ação extensionista aquela em que seu proponente perceba os participantes externos à instituição, como meros objetos receptores de suas ações. Entendemos que a verdadeira ação de extensão é aquela que se dá através do diálogo problematizador e da relação não hierárquica entre atores e saberes, contrapondo qualquer movimento de mão única da universidade para a sociedade, que a considere como detentora do único saber e desconsidere os demais saberes existentes e suas origens (FREIRE, 2015).

A partir desta concepção de Extensão, entendemos que a efetivação da estratégia de inserir até 10% de atividades extensionistas nos cursos superiores têm o potencial de provocar uma mudança importante no ensino universitário. Este passaria, a partir da exigência da implementação das atividades de extensão ao currículo, a oportunizar outras formas de construção do conhecimento, bem como ampliar suas relações com os estudantes e com as comunidades no seu entorno. É o que Boaventura de Souza Santos (2010) chama de passagem de um conhecimento universitário para um conhecimento pluriversitário, em que o primeiro se refere à lógica de que a universidade determina os problemas científicos a serem investigados, “resolve-os” e a sociedade tem o papel de somente aplicá-lo, e o segundo é aquele em que a sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência (SANTOS, 2010).

Compreendendo que o processo de aprendizagem não acontece apenas dentro das instituições acadêmicas, mas na sociedade como um todo, ou como afirma Síveres (2013, p. 23) “não se restringe a uma entidade escolar, mas envolve todos os segmentos educacionais; não se desenvolve apenas por uma metodologia, mas passa por todas as formas de construção do conhecimento”, entende-se que as ações de extensão desenvolvidas contribuem para potencializar a interação universidade-estudante-comunidade, para o enriquecimento das práticas pedagógicas e para a construção de espaços de protagonismo discente.

Diante do exposto e, tendo em mente os desafios que serão elencados no decorrer deste texto, o presente relato tem por objetivo refletir acerca do processo de implantação da curricularização da Extensão no IFRS.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo caracteriza-se como qualitativo–descritivo. A pesquisa qualitativa, para Minayo (1994), é aquela que se preocupa com aquilo que não pode ser quantificado ou reduzido à relação entre variáveis, mas busca compreender os significados e as dinâmicas das relações sociais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), cenário de estudo deste relato, é uma instituição federal de ensino público e gratuito que oferece cursos de nível médio (técnicos que podem ser cursados de forma integrada, concomitante e subsequente ao Ensino Médio), superiores (de graduação e pós-graduação) e de extensão em 17 municípios gaúchos (Figura 1). No âmbito de sua Reitoria, é composto por Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, dentre elas a Pró-Reitoria de Extensão e a Pró-Reitoria de Ensino. Estas, por sua vez, possuem em sua constituição um Comitê de Ensino e um Comitê de Extensão que são órgãos colegiados consultivos e propositivos que têm a finalidade de colaborar com sua respectiva Pró-Reitoria. São compostos pelo Pró-Reitor e pelos Diretores/Coordenadores de Extensão e Ensino dos campi que integram o IFRS.

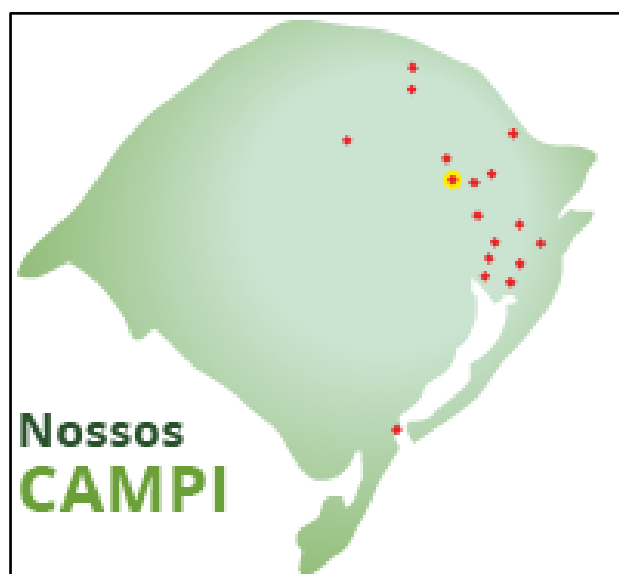


Figura 1: Distribuição dos *campi* do IFRS
Fonte: IFRS (<https://ifrs.edu.br/>)

A inserção da Extensão nos currículos de graduação do IFRS começou a ser pensada de forma sistematizada no início do ano de 2020 com a constituição de um grupo de trabalho composto por servidores(as) representantes do Comitê de Extensão (COEX), do Comitê de Ensino (COEN), da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e da Pró-reitoria de Ensino (PROEN).

O referido GT elaborou o plano de trabalho para a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFRS, tendo como objetivos: mapear, discutir e socializar

conhecimentos referentes à Curricularização da Extensão; organizar a metodologia e o cronograma de trabalho para implantação no IFRS; assessorar as comissões locais do IFRS; propor uma minuta de regulamentação para ser analisada por servidores, discentes e comunidade externa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Curricularização da Extensão nas instituições de ensino brasileiras, embora presente em lei desde 2004, começa efetivamente a ser implementada a partir da publicação da Resolução CNE 07/2018.

Podemos confirmar este indicativo através do relatório publicado pela Coordenação Nacional do FORPROEX em que são apresentados os resultados de dois mapeamentos realizados em dezembro de 2018 e em maio de 2019 acerca do estado da arte da curricularização nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras. Os resultados revelam que as IPES iniciaram, em sua maioria, os processos de debate e implantação da inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação antes da publicação da resolução 07/2018/CNE/MEC, tendo como referência, até então, a meta 12, estratégia 12.7 do PNE 2014-2024. Entretanto, ao serem comparados os períodos de dezembro/2018 e maio/2019, percebeu-se que a publicação da Resolução do CNE/MEC teve impacto no ritmo e modo de condução do tema por grande parte das IPES. Este impacto incidiu basicamente em três dimensões: (I) auxiliar no convencimento das comunidades acadêmicas e gestões sobre o necessário processo de inserção da Extensão; (II) oferecer mais um parâmetro legal que ampare as decisões das IPES sobre o tema; (III) determinar um andamento mais acelerado nos processos de construção de normativas para as IPES que ainda não haviam iniciado as discussões (FORPROEX, 2019).

No IFRS, o processo de implantação da Curricularização da Extensão experiencia os mesmos impactos acima citados, possuindo características bastante semelhantes às de outras instituições de ensino.

No ano de 2020, o FORPROEX e o Fórum de Dirigentes do Ensino (FDE) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) publicam as *Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Este documento apresenta os elementos compreendidos como fundamentais ao processo de curricularização da extensão, traz em seu escopo as chamadas “Trilhas para a Curricularização” e organiza o processo nas seguintes etapas: Sensibilização, Implantação e Efetivação (CONIF, 2020).

As ações do GT no IFRS foram organizadas em três etapas semelhantes às acima propostas pelos fóruns, entretanto a instituição optou por estimular a experiência com projetos-piloto de curricularização da Extensão antes de iniciar a reformulação dos PPCs. Cabe relatar que, embora cada uma das etapas abaixo descritas possuam uma certa temporalidade ao iniciarem, em muitos momentos as ações ocorreram de forma interligada e concomitante:

1. Etapa de Sensibilização: inicialmente, foi organizado um mapeamento e discussão das metodologias e regulamentações utilizadas em outras Instituições de Ensino Superior. Logo após, apresentou-se a metodologia de trabalho e o cronograma de ações proposto pelo GT aos respectivos comitês de Ensino e Extensão. Por fim, buscou-se mobilizar a comunidade acadêmica por meio de debates e momentos formativos com a comunidade acadêmica interna e externa, abordando a temática da extensão. Abaixo, descrevemos algumas iniciativas realizadas neste bloco de ações:

- criação de identidade visual e do e-mail institucional: curricularizacao@ifrs.edu.br;
- oferta de duas turmas no curso sobre conceitos básicos em Extensão, formato on-line, em parceria com o Instituto Federal Farroupilha;
- criação da aba “Curricularização da Extensão” no site do IFRS a fim de divulgar as ações do GT, dar publicidade à metodologia e cronograma de trabalho, bem como divulgar e disponibilizar documentos e materiais de formação.
- produção de 6 (seis) mini vídeos institucionais sobre a Curricularização da Extensão, disponibilizados no canal oficial do IFRS no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZOS4yO1m30&t=8s>
- participação em reuniões e/ou capacitações promovidas pelas unidades do IFRS;
- promoção de eventos de capacitação de curta duração, no formato on-line, com a temática da curricularização (Figuras 2 e 3).



Extensão em Diálogo

TEMA:
Experiências de Curricularização da Extensão em tempos de pandemia

CONVIDADAS:
Profa. Fabiana Calçada de Lamare Leite
 Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
 IFSC - Campus Florianópolis Continente

Profa. Roselene de Almeida Garbelotto
 Professora do curso de Engenharia Civil
 IFSC - Campus Criciúma

Profa. Sandra Pierozan
 Coordenadora acadêmica
 UFFS - Campus Erechim

Data: 09/03/21
Horário: 10h
Endereço: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ifrs-proex>

Figura 2: Card de divulgação Extensão em Diálogo
 Fonte: IFRS (<https://ifrs.edu.br/>)

2. Etapa de Implementação de Projetos Piloto de Curricularização da Extensão: iniciada a partir da elaboração e publicação da IN PROEX/PROEN IFRS nº 001, de 07 de janeiro de 2021, atualizada pela IN PROEX/PROEN IFRS Nº 002, de 10 de junho de 2021., teve como objetivo regulamentar as diretrizes e procedimentos para organização e execução do projeto-piloto de curricularização da extensão para cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Nesta fase, foram realizados onze projetos-piloto em seis diferentes *campi* da instituição. Após o encerramento dos mesmos, os coordenadores foram convidados para um momento de compartilhamento de suas experiências e impressões.



Figura 3: Card de divulgação Extensão em Diálogo
Fonte: IFRS (<https://ifrs.edu.br/>)

3. Etapa de Regulamentação e Efetivação: após diversas reuniões no GT e tendo por base indicativos das experiências vivenciadas com os projetos-piloto, no dia 27 de janeiro de 2022 foi encaminhado, por e-mail, a todos os servidores do IFRS a minuta da Resolução da Curricularização da Extensão, juntamente com um formulário eletrônico para contribuições. A iniciativa foi divulgada nas redes sociais do IFRS e ficou disponível no site da instituição até o dia 25 de fevereiro de 2022. Ao total, foram 34 contribuições, divididas em adição, supressão ou alteração, sugeridas por 20 servidores de 8 campi diferentes. Não houve contribuições de estudantes e da comunidade externa. Alguns dos apontamentos realizados indicavam a necessidade de adequações de termos e redação, tendo sido incorporados ao documento. No entanto, o volume mais significativo de manifestações versava sobre a possibilidade de os estágios (obrigatório para alguns, não obrigatório para outros) serem considerados uma forma de curricularização da extensão. Sugestões dessa natureza não foram incorporadas pelo GT à minuta de resolução, dado o entendimento deste grupo de haver incompatibilidade com as normativas nacionais

Após o período de consulta pública, as sugestões foram organizadas em formulário específico e discutidas com o GT para a avaliação de quais seriam incorporadas à versão final do documento. Para tanto, realizou-se uma reunião no dia 16 de março de 2022. Por fim, na reunião do Conselho Superior (CONSUP) de 22 de abril do corrente ano, foi aprovada a Resolução nº 022, de 26 de abril de 2022. Aprova a Regulamentação da Curricularização da Extensão do IFRS.

O cronograma apresentado aos Comitês de Ensino e de Extensão projetou o término das atividades do GT para o segundo semestre de 2021, entretanto, devido a atrasos na construção da regulamentação e à necessidade (não prevista no planejamento) de elaboração de uma Instrução Normativa para organizar os fluxos da curricularização nos campi, o grupo permanece ativo durante o ano de 2022.

Figura 4: Cronograma de ações GT Curricularização

Tarefa	Período
4.1 Definição da metodologia do GT	27/07/2020
4.2 Apresentação da metodologia (relatório) ao COEX e COEN	10/08/2020
4.3 Sensibilização da comunidade interna e externa	2020/2
4.4 Elaboração e publicação de Instrução Normativa conjunta (PROEN e PROEX) para implementação dos projetos-pilotos	2020/2
4.5 Implementação dos projetos pilotos	2021/1
4.6 Avaliação das atividades	2021/2
4.7 Discussão e finalização da minuta de regulamentação (consulta pública)	2021/2
4.8 Apreciação da Regulamentação no Consup	2021/2
4.9 Início das alterações de PPCs	2022/1

Fonte: IFRS (<https://ifrs.edu.br/>)

A partir das experiências acima vivenciadas, foi possível identificar alguns pontos importantes de análise e discussão do processo como um todo. Grande parte dos pontos de tensão que emergiram da implementação da curricularização da Extensão no IFRS já haviam sido encontrados e debatidos em outras instituições, tais como: o isolamento da educação e da universidade, a intermediação com a realidade através da articulação entre teoria-prática, a integração de saberes e a concepção de currículo a partir de atividades acadêmicas de ensino-

pesquisa-extensão que possibilitem trajetórias de formação diferenciadas e articuladas (IMPERATORE e PEDDE, 2015).

Para este relato, entretanto, pretende-se debater o que entendemos ser o ponto central de todo o debate e que apresenta em seu escopo um leque de possibilidades de discussão: o desconhecimento acerca da prática da Extensão Universitária e a utilização desta como possibilidade/estratégia de ensino-aprendizagem.

Sabemos que a obrigatoriedade da inserção de atividades de extensão nos currículos dos cursos superiores do Brasil apresenta-se como um desafio considerável perante a realidade educacional brasileira já permeada por inúmeras adversidades. Neste contexto, um dos principais obstáculos para que o processo de curricularização ocorra efetivamente relaciona-se, na nossa percepção, às concepções de ensino, de aprendizagem e de extensão presentes atualmente nas nossas universidades.

A Extensão passou a fazer parte das ações universitárias quando o contexto cultural, econômico e político da sociedade industrial passou a demandar maior especialização por um conhecimento que, até então, restringia-se aos muros das universidades. As atividades de extensão surgem como opção para uma política de manutenção da ordem social pela minimização das relações de tensão causadas por estruturas desiguais de acesso aos meios de produção e renda. Nesse conceito inicial, a Extensão materializa-se como ações assistenciais destinadas à população pobre, agricultores e aqueles que se encontravam afastados do meio acadêmico (NOGUEIRA, 2013).

É nessa perspectiva assistencialista e de transferência unilateral de saber científico, majoritariamente por meio de conferências e prestação de serviços, que a Extensão passa a ser desenvolvida nas universidades brasileiras. A partir dos movimentos sociais da Reforma de Córdoba, ocorridos na América Latina, inseriu-se a compreensão de que as instituições de ensino superior possuem o compromisso social de atuar sobre os grandes problemas da sociedade nacional, mobilizando seu potencial acadêmico, social e cultural, por meio da extensão universitária (RIBEIRO, 2019). Gadotti (2017) reforça este pensamento ao afirmar que, na prática, as duas vertentes da extensão (uma assistencialista e outra não assistencialista) se confrontam no dia a dia da prática extensionista.

Os aspectos reducionistas da prática extensionista, enquanto difusão e prestação de serviços para assistência à comunidade, são tratados por Freire (2015) no livro “*Extensão ou Comunicação?*”. Ao analisar o sentido semântico da palavra “extensão”, o autor entende que o fazer extensionista tomado no significado implícito ao termo - estender algo a alguém - representa uma invasão cultural, uma prática educativa de domesticação, que reduz os sujeitos a objetos e receptáculos de um conhecimento que lhes chega acabado e que não dialoga com

aspectos da realidade. A obra de Freire potencializou uma reflexão conceitual da Extensão ao compreender que o fazer extensionista deve promover um intercâmbio entre saber sistematizado na academia e o saber popular das comunidades, em um processo comprometido com a conscientização social e a transformação dos envolvidos nas ações.

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 2015, p.26).

Em conjunto com o ensino e a pesquisa, a extensão compõe a tríade de atividades acadêmicas destinadas ao cumprimento da função educacional e social nas universidades e Institutos Federais de educação. Como espaço plural de geração de conhecimento científico, técnico e cultural, a extensão promove a interlocução de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade (RIBEIRO, 2019). A interação dialógica com os desafios que refletem o mundo e os homens oportuniza o desenvolvimento de uma formação acadêmica e profissional de posturas críticas, reflexivas e de transformação da realidade social. Para isso, a prática extensionista implica no posicionamento de protagonismo pelos sujeitos nela envolvidos (FREIRE, 2015).

Dando prosseguimento ao debate proposto, além do reducionismo no entendimento da prática extensionista em si, para Gadotti, os desafios atuais no cumprimento do PNE “situam-se no campo da superação de uma visão academicista da universidade, para que ela consiga sair de seus muros, integrando, interdisciplinarmente, os saberes das comunidades” (GADOTTI, 2017, p. 04).

Partindo do pilar constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e promovendo a interação entre a Universidade e a sociedade, a Extensão Universitária é compreendida da seguinte forma:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, p. 01)

Com relação ao impacto na formação do estudante, a inserção de atividades de extensão no currículo dos cursos de graduação, a partir da perspectiva conceitual delineada até aqui, permitirá que este tenha um aprendizado para além da formação técnica e dos conhecimentos relativos à sua futura área de atuação, mas possibilitará seu desenvolvimento enquanto cidadão através da construção de outras habilidades e competências importantes para que ele possa

atuar em sociedade. Esta atuação, segundo Deus (2020), deve ser composta pelo aprendizado adquirido no interior da universidade e pela atuação na comunidade:

A Extensão Universitária afirma, acima de tudo, que a comunidade acadêmica não pode e não precisa estar fechada consigo mesma. Ela necessita se expandir. Ela tem esse papel e esse dever. Acima de tudo, ela sobrevive e se recria a partir do contato com essa diversidade, que é apresentada no mundo fora da universidade. A partir deste contato, o mundo, em si, transforma-se, recria-se. As pessoas também se tornam outras. Tornam-se atentas com o que ocorre socialmente em sua volta. Independentemente da sua área de atuação (seja exata, seja humanas), o estudante universitário, ao viver a experiência da Extensão, transforma-se, consegue atuar no seu trabalho de maneira muito mais consistente. (DEUS, 2020, p. 43)

Em pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília acerca da construção de um processo de aprendizagem significativo em estudantes que estão atuando em projetos de extensão, concluiu-se que este princípio pode ser efetivado na medida em que a extensão for um jeito de ser, uma maneira de dialogar e uma possibilidade de aprender (SÍVERES, 2013). O estudo contou com a participação de estudantes de instituições comunitárias no Brasil e encontrou importantes categorias de discussão para a investigação que propomos, tais como a aprendizagem e a construção da cidadania; a aprendizagem e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem; e a aprendizagem para a atuação profissional. Com relação a esta última, a pesquisa identificou a contribuição da participação em ações de extensão na formação acadêmica dos estudantes quando auxiliou estes estudantes a conhecerem a realidade de atuação profissional ainda na universidade, permitiu uma melhor relação entre teoria e prática e proporcionou a aquisição de diferentes habilidades profissionais especialmente relacionadas à comunicação interpessoal e convivência social.

A efetiva participação dos estudantes em ações de extensão nas universidades sempre foi uma preocupação presente em textos oficiais propostos pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX). Desde o Plano Nacional de Extensão e, posteriormente, a Política Nacional de Extensão, o eixo intitulado "Impacto na Formação do Estudante" esteve presente como uma das cinco diretrizes destinadas a orientar o planejamento e execução de atividades extensionistas, sinalizando a importância da extensão no processo formativo dos estudantes. Na visão do FORPROEX, as atividades de extensão:

[...] constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento de experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e

materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira. (FORPROEX, 2012, p.52).

Em concordância com o citado acima, Deus (2020) afirma que é papel das instituições de ensino oportunizar espaços acadêmicos que possibilitem a construção de uma formação profissional para além dos conteúdos ofertados na grade curricular, contribuindo também no desenvolvimento de outros saberes e competências que os auxilie não somente para atuar, mas também para estar em sociedade. Esta posição colocada pela autora e, mais uma vez corroborada pelo FORPROEX, justifica-se porque a noção de competência profissional envolve, atualmente, o domínio não apenas do conteúdo aprendido em sala de aula, mas a preparação profissional concebida a partir de uma concepção crítica e plural, que cria, dessa forma, condições para que essa formação também contemple aspectos sociais e políticos: “O processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la” (FORPROEX, 2006, p.46). Nesta perspectiva de uma formação acadêmica e cidadã, a Política de Extensão do IFRS, em seu Artigo 9º, reforça a importância do envolvimento dos estudantes nas atividades extensionistas, reconhecendo nestas uma prática essencial para o fortalecimento em seus discentes do sentido ético e do engajamento com a sociedade, contribuindo assim, para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento local e regional das realidades em seu entorno (IFRS, 2017).

Neste panorama e nos Institutos Federais, de forma análoga, a Extensão Universitária torna-se um importante instrumento para a transformação social e para a transformação acadêmica ao oportunizar o contato do estudante e do instituto/universidade com a realidade social das comunidades que os cercam. As ações extensionistas têm por premissa básica e, porque não dizer, missão primordial, fazer a interligação entre o instituto/universidade e a sociedade, entre o saber acadêmico/erudito com o saber popular e, através desta comunicação entre ambas as esferas, construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos e saberes.

É esta relação dialógica que permite que os conteúdos técnicos aprendidos na sala de aula se encontrem com a realidade presente além da academia e possam ser “testados”, “validados” e/ou complementados pela percepção dos que nela constroem suas vivências. Desta forma, os estudantes passam a ter um importante papel na renovação e no fortalecimento da Extensão, sendo atores desta mediação entre sociedade e instituto/universidade, promovendo a oxigenação dos mesmos, a democratização do conhecimento acadêmico e a troca de saberes com as comunidades (FORPROEX, 2012).

Em decorrência desta característica constitutiva das ações extensionistas, concorda-se com a afirmação da professora Sandra de Deus, quando esta reforça que o estudante universitário (ou de nível técnico), ao viver a experiência extensionista e por ela ser transformado, é capaz de atuar no seu trabalho de forma mais consciente, visto que, atuando em programas/projetos de Extensão, os estudantes agregam, à sua formação, um conteúdo abrangente, testado e inovador pelo acúmulo que adquirem no contato com as comunidades (DEUS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato buscou, de forma concisa, abordar o processo de curricularização da Extensão no IFRS a partir da constituição do GT responsável pela condução do trabalho, a metodologia e estratégias utilizadas pelo grupo, bem como elencar alguns pontos importantes que se originaram desses movimentos. Neste sentido, mesmo diante de tantos desafios, a metodologia utilizada mostrou ser capaz de auxiliar no desenvolvimento e na implantação da curricularização da extensão desde as etapas iniciais de sensibilização até sua efetiva implementação.

Por fim, este texto não teve por intenção esgotar a discussão acerca da temática, pelo contrário, pretendeu-se tornar este texto um propulsor de novas iniciativas e argumentações. Para futuras conversas, entende-se que seja importante trazer para o debate alguns outros fatores que intervieram no processo de implantação da curricularização da extensão, tais como este ter sido desencadeado durante a pandemia de COVID-19, as contribuições advindas dos projetos-piloto, bem como os desafios que surgirão a partir do início da efetivação das reformulações dos currículos no IFRS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 08 de março de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. MEC: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 out. 2020.

CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/documentos-importantes/diretrizes-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica>. Acesso 12 ago 2022.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. E-book.

FERREIRA, Rosângela; TRENTIN, Daiane Toigo; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. Contribuição da extensão na perspectiva de estudantes extensionistas. I **Seminário Regional Sul de Educação Profissional e Tecnológica**, 2021.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária. Rede Nacional de Extensão**, [1999]. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-Extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 12 Agosto 2022.

FORPROEX. **Mapeamento da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior brasileiras**. Coordenação Nacional, 2019. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/RELAT%C3%93RIO_FINAL_MAPEAMENTO_INSERTAO_EXTENSAO_FINAL.pdf. Acesso em: 10 agosto 2022.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf Acesso em: 10 agosto 2022.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. **Curricularização da extensão: experiências da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais**. Rio de Janeiro: Gama, 2019. 256 p.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. (2015). “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: **XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria**. Havana. Disponível em: https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2022.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da Extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. p. 27-50.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. As Bases Institucionais da Política de Extensão Universitária: Entendendo as Propostas de Universidades Federais nos Planos de Desenvolvimento Institucional. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 5, p. 1-17, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652870/0>. Acesso em: 07 set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÍVERES, Luiz. O princípio da aprendizagem na extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org). **A extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 19-31.

Recebido para publicação em agosto de 2022

Aceito para publicação em fevereiro de 2023